



Requerimento nº , de 2007
(Do Sr. Márcio Junqueira)

Requer a realização de Audiência Pública, com a presença dos Presidentes da Odebrecht S.A., de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, do Grupo Camargo Corrêa; e do Diretor-Geral da Aneel, para obter esclarecimentos acerca de disputas em torno da construção das usinas do Rio Madeira.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos constitucionais e regimentais, que, após ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados os Presidentes da Odebrecht S.A., de Furnas Centrais Elétricas S.A., da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, do Grupo Camargo Corrêa; e do Diretor-Geral da Aneel, para obter esclarecimentos acerca de disputas em torno da construção das usinas do Rio Madeira.

JUSTIFICATIVA

A construção das usinas do Rio Madeira está avaliada em cerca de R\$ 28 bilhões – projeto que envolve a construção de duas grandes hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau, e de linhas de transmissão, em troca de sua exploração por 30 anos. Chegou-se a comparar a mobilização em torno do projeto à privatização do sistema Telebrás, à da Vale do Rio Doce e a outras grandes concorrências dos anos 90, considerando a magnitude do



empreendimento. O importante projeto, contudo, está envolto em acusações de espionagem, em denúncias de acordos suspeitos, em investigação de crimes econômicos e em brigas na justiça.

A Odebrecht, associada à Furnas Centrais Elétricas, a maior empresa do sistema Eletrobrás, entregou à Aneel estudos de viabilidade econômica das usinas, que vieram a tornar-se o ponto de partida para a realização da licitação da obra. As outras concorrentes, com o Grupo Camargo Corrêa à frente, acusam a Odebrecht de não ter entregue todas as informações que tinha ao Governo, além de fazer manobras para impedir a competição, visto que a Construtora montara uma teia de contratos de exclusividade, amarrando o Governo e os principais fornecedores de turbinas.

Firmado em 2005, o contrato entre Furnas e Odebrecht apresenta determinada cláusula que impede as demais empresas do sistema Eletrobrás – Eletronorte, Eletrosul e Chesf – de participar do negócio, tendo bloqueado, assim, o acesso de concorrentes a uma parceria semelhante à que haviam firmado. Além disso, a Camargo Corrêa, o Grupo Suez e a Light denunciaram à Secretaria de Defesa Econômica – SDE não poder comprar no Brasil as turbinas bulbo, modelo que será usado no empreendimento, visto que todos os fornecedores com fábrica no País têm assinados contratos de exclusividade com a Odebrecht, o que força a concorrência a importar as referidas turbinas, encarecendo a proposta, considerando-se, ainda, que o equipamento importado não pode ser financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Tendo a SDE acatado os argumentos apresentados pela concorrência, a Odebrecht anunciara que recorrerá ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade e aos Tribunais Superiores da Justiça, para tentar mudar a decisão da SDE. O leilão, que estava marcado para o dia 30 de outubro, já foi transferido pela Ministra-chefe da Casa Civil para 22 de novembro do corrente. Já especula-se que a primeira concorrência ficará para 2008 e que a segunda rodada, de Jirau, só ocorrerá em junho daquele ano.

O fato é que toda essa complicada teia de interesses emperrados em torno do empreendimento aumenta ainda mais o risco de atraso na obra e de eventual apagão elétrico em 2012.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Por todo o exposto, a realização da audiência pública requerida faz-se necessária e urgente.

Sala da Comissão, de de 2007.

Deputado Márcio Junqueira